

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
	Priscila Bezerra
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
AEAS	Paulo Takeyama
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos (p/p Luís Filipe Rodrigues)
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena (p/p Mylena N. R. de Oliveira)
CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahóz
	Flávio Forti Stenico
COPASA	Joab Borges Silva
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaina Menuzzo Quental
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IEF	Raquel Junqueira Costa
IMA	Mariana C. Souza S. Coelho
Instituto Agir Ambiental	Rafael Jó Girão
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo B. do Prado
Min. do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira
Ministério das Cidades	Gilson Pires da Silva
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado
P.M. de Americana	Marcos Eduardo Morelli
P.M. de Artur Nogueira	Gabriela Montoya Fernandes
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da C. Santiago
P.M. Bom Jesus dos Perdões	Benedito Rodrigues da Silva Filho (p/p Micheli Kowalczyk Machado)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Itatiba	Thomas Antonio Capeletto de

	Oliveira (p/p Gustavo Cosenza de Almeida Franco)
P.M. de Jundiá	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Reinaldo Buck Belussi
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mairiporã	José Eduardo Victorino
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helan Dorelli
P.M. de Piracicaba	Artur da Costa Santos
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Junior
P.M. de São Pedro	José Rubens Françaço
P.M. de Tietê	Vlamir de Jesus Sandei (p/p Rodrigo Marcuz Batistuzzo)
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary Internacional – D4621	Rosani Franco de Faria Novaes
SAAESP	José Rubens Françaço
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo
	Caroline Governatori (p/p Dário Júlio Silveira Peçanha)
	Wilson Aparecido Stocco
Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso Denis Herisson da Silva
Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco
Sec. de Esportes	Solange Guerra Bueno
Sec. de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
SEMAD	Daniel Iscold Andrade de Oliveira
SEMIL	Caroline Túbero Bacchin
SIAESP	Bartira Elia
SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
UNICA	André Elia Neto
USP	Tadeu Fabricio Malheiros

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro

1 Ao trigésimo dia do mês de agosto de 2024, através de videoconferência, foi realizada a 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). Na ocasião foram registrados 92 (noventa e dois) participantes,

5 dentre os quais estavam representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários -

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

Presentes” apresentada acima e do público em geral. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 20 de agosto de 2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as normas para a realização de reuniões por videoconferência e informado que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Adilson Ramos, Secretário-executivo do CBH-PJ1, que cumprimentou a todos e desejou uma excelente reunião. Após, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, Presidente do CBH-PJ1 e 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL também desejou uma profícua reunião a todos. Na sequência, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Alexandre Luis Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ para realizar um comunicado referente a estiagem prolongada no Estado de São Paulo. O Sr. Alexandre iniciou destacando a situação da estiagem em 2024 e as perspectivas para 2025. Em sua fala, ressaltou o agravamento dos indicadores na região Sudeste, que intensificaram a seca, passando de moderada para grave nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Apontou também notícias recentes de algumas cidades nas Bacias PCJ que já estão adotando racionamento devido à estiagem. O Sr. Alexandre ainda abordou o abastecimento de 19 cidades, que somam 9 milhões de habitantes, pelo Sistema Cantareira, e mencionou a Resolução ANA/DAEE nº 425/2017, que delega aos Comitês PCJ e aos Órgãos Gestores a operação do Sistema Cantareira em períodos de estiagem. De acordo com o Comunicado CT-MH nº 09, de 21/08/24, o sistema opera atualmente na faixa Normal, com uma vazão jusante para as Bacias PCJ de 10,75 m³/s, sendo 1,25 m³/s no Jaguari, 5,00 m³/s no Cachoeira e 4,50 m³/s no Atibainha. Informou também que a vazão de entrada no Sistema Cantareira é de 10,89 m³/s, destacando que a transposição do reservatório do Jaguari para o Paraíba do Sul contribui com 7,76 m³/s. Dentro do volume de uso esperado, o Cantareira possui 53% do seu volume disponível para consumo. Por fim, o Sr. Alexandre apresentou

previsões baseadas em dados históricos e simulações de armazenamento no Sistema Cantareira para o cenário de estiagem em 2025, alertando sobre a importância da conscientização no uso correto dos recursos hídricos e finalizando sua apresentação, retornou a palavra ao Sr. Denis o qual questionou os membros se havia alguma manifestação. O Sr. Jorge Antônio Mercanti, representante da CIESP – DR Campinas, solicitou a palavra para discorrer sobre o fenômeno La Niña, que afeta a temperatura do Oceano Pacífico, com impactos globais, alterando padrões de ventos e temperaturas, e, conseqüentemente, a distribuição das chuvas ao longo do ano. Explicou que, apesar de algumas menções na mídia, não há pesquisas relevantes ou informações concretas que comprovem a existência de um fenômeno conhecido como "La Niña dupla". Concluiu sua fala afirmando que, segundo as pesquisas atuais, os meses de outubro a dezembro apresentarão temperaturas dentro da média, com variações sutis para mais ou para menos, sem a previsão de extremos climáticos. Ato contínuo, o Sr. Denis apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade e deu início aos trabalhos. **2. Assuntos a deliberar. 2.1. Aprovação da ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 28/06/2024, no município de Holambra.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, solicitou a projeção da ata pela Equipe da Secretaria Executiva para apreciação de seu conteúdo. Não havendo manifestações contrárias nem abstenções, o Sr. Denis passou para votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.2. Referenda de atos dos presidentes dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve contextualização relatando que, em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, pode ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plênarios, devendo ser por eles posteriormente referendadas. No intervalo entre a última reunião plenária realizada em 28/06/2024 e a atual foram editadas duas

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

120 deliberações *ad referendum* que requerem referendo dos plênários. **a) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 483/24, de 16/08/2024.** O Sr. Denis Silva, explanou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 483/24, de 16/08/2024 aprova o Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 01/2024, que define critérios gerais para a aplicação de recursos da Cobrança PCJ Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao exercício de 2025, na temática de proteção e conservação dos recursos hídricos, e dá outras providências. **b) Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 484/24, de 16/08/2024.** O Sr. Denis Silva, explicou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 484/24, cancela a indicação do empreendimento “Contratação de empresa para a elaboração de Projetos Integrais de Propriedades (PIPs), viabilizando os projetos executivos de adequação ambiental em propriedades rurais”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, financiado com recursos da Cobrança PCJ Federal, e dá outras providências. Então o Sr. Denis abriu a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, colocou a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 484/24, que referenda atos dos Presidentes dos Comitês PCJ, em votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação. **2.3. Apreciação de deliberação que cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de pauta informando que em questão trata sobre o cancelamento de dois empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022. Salientou que o saldo dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista, correspondente aos dois empreendimentos será acrescido ao orçamento de 2025, para distribuição pelos Comitês PCJ. Assim, solicitou ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos na Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar uma breve apresentação sobre o assunto. O Sr. Diogo iniciou explanando sobre Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/09/2022, o qual possui as informações sobre os 2 (dois) empreendimentos que estão sendo cancelados, financiados com recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista. Um dos tomadores foi a

175 Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista (P.M. de Campo Limpo Paulista), cujo empreendimento era a “Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Campo Limpo Paulista”, enquadrado na modalidade de financiamento “não reembolsável” dentro da ação financiável “Elaboração e Revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico”. O outro tomador foi o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras (SAAE Rio das Pedras), responsável pelo empreendimento “Execução de Troca de Redes de Abastecimento de Água do Bairro São Cristóvão II, no Município de Rio das Pedras”, também enquadrado na modalidade de financiamento “não reembolsável”, na ação financiável “Obras, Serviços e Equipamentos para Controle de Perdas Hídricas em Sistemas de Abastecimento de Água”. O Sr. Diogo informou que, de acordo com os termos do Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO para investimentos (MPO-FEHIDRO), cabe ao Agente Técnico (AT) do FEHIDRO analisar a documentação do processo licitatório para a liberação da primeira parcela. Em ambos os empreendimentos, foram emitidos Pareceres Técnicos de reprovação, nos quais o AT apontou inconsistências no processo licitatório, resultando na reprovação dos projetos. Os tomadores de ambos os empreendimentos apresentaram recurso contra a manifestação do AT, os quais não foram aceitos, foi emitido um novo Parecer Técnico recomendando à SECOFEHIDRO o cancelamento dos contratos. Os comunicados da SECOFEHIDRO, datados de 12/06/2024, oficializaram o cancelamento dos referidos empreendimentos. Os valores referentes a esses empreendimentos retornarão para serem incorporados no orçamento de 2025, ficando disponível no montante dos recursos para futuros investimentos. O Sr. Denis agradeceu a participação dos palestrantes e abriu para manifestação dos presentes, não havendo, submeteu a Deliberação dos Comitês PCJ nº 486/24, de 30/08/2024, que cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de 2022, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade sendo encaminhada para publicação. **2.4. Apreciação de deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando a indicação**

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

230 **para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de pauta esclarecendo que a proposta de alteração tem objetivo aprimorar os mecanismos sobre o fluxo contínuo para o financiamento de empreendimentos com recursos do FEHIDRO (Cobrança PCJ Paulista e CFURH). Assim, solicitou ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos na Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar uma breve apresentação sobre o assunto. O Sr. Diogo informou que o objeto em pauta trata das alterações propostas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23. A modificação diz respeito ao Anexo IV, cujo item 17, atualmente descrito como "Apresentar estudo técnico preliminar contemplando o conteúdo mínimo no Manual Orientativo – PCJ.MA.001/2021 (no caso de proposta para elaboração de projetos básicos) ou projeto básico (no caso de proposta para elaboração de projeto executivo)", passará a ser "Apresentar documentação técnica mínima, conforme as regras do Manual Orientativo – PCJ.MA.001/2021". No que diz respeito à aplicabilidade, será acrescentado o termo "obras" ao já existente "Elaboração de projetos e Obras (em qualquer temática)". A alteração visa evitar interpretações equivocadas sobre o estudo técnico exigido, bem como flexibilizar e regulamentar a inscrição de propostas para a contratação "conjunta" de obras e projetos (projetos básicos e executivos), além de definir o conteúdo mínimo da documentação técnica exigida. Será incorporado um quadro com orientações extraídas do Manual Orientativo PCJ (Saneamento), indicando o que o tomador deve apresentar. Outra modificação apontada pelo Sr. Diogo diz respeito ao artigo 9º da deliberação em pauta, alterando a expressão "[...] prazos definidos no quadro 1, do artigo 1º desta deliberação [...]" para "[...] prazos definidos nesta deliberação [...]", esclarecendo todos os prazos sujeitos a reavaliação, com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos dentro do mesmo exercício, sempre que possível. Após a conclusão da apresentação do Sr. Diogo, o Sr. Denis cedeu a palavra para manifestações dos presentes, não havendo manifestações, submeteu a reti-ratificação da Deliberação dos Comitês PCJ nº

448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade sendo encaminhada para publicação.

2.5. Apreciação de deliberação que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de pauta informando que a deliberação em pauta trata sobre a indicação de empreendimentos com recursos do FEHIDRO (Cobrança PCJ Paulista e CFURH). Após, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que iniciou sua apresentação informando que edital em questão refere-se ao FEHIDRO de Saneamento, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23. Citou que, atualmente, há 9 (nove) propostas aptas para indicação, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 3º da referida deliberação. Um caso excepcional envolveu a reindicação da Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista, cujo processo havia sido cancelado, conforme item 05 da pauta desta reunião. No entanto, de acordo com o Ofício SECOFEHIDRO nº 108/2024, foi comunicado ao tomador que ele poderia solicitar nova indicação aos Comitês PCJ. O Sr. Diogo explicou que o tomador seguiu o procedimento estabelecido, passando pelo protocolo inicial no sistema da agência, adequação técnica, protocolo no SINFEHIDRO, e está sendo novamente indicado pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Diogo apresentou um quadro com todos os empreendimentos indicados, totalizando um valor de repasse de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dos quais 3 (três) empreendimentos, no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), são oriundos de recursos da

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

CFURH. Os demais 6 (seis) empreendimentos, provenientes de recursos da Cobrança PCJ Paulista, somam R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais). O Sr. Diogo alertou os tomadores dos recursos da CFURH sobre a natureza não reembolsável desses fundos, enfatizando que, em caso de cancelamento, os valores não retornarão para a conta dos Comitês PCJ. Finalizando, apresentou um panorama geral do fluxo contínuo, destacando que houve 19 (dezenove) inscrições, das quais 5 (cinco) já foram indicadas, 9 (nove) estão aptas para indicação e 05 (cinco) foram indeferidas. Ressaltou que esta é a última indicação do ano por parte dos Comitês PCJ, e as próximas inscrições ocorrerão em outubro de 2024, janeiro de 2025 e março de 2025, com as respectivas indicações previstas para março de 2025, junho de 2025 e agosto de 2025. Após explicações o Sr. Denis concedeu a palavra para manifestações dos presentes, a Sra. Caroline Bacchin, Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ e representante da SEMIL, destacou aos tomadores a importância de atender a todas as demandas exigidas dentro do prazo estipulado, sem contar com a possibilidade de prorrogação, uma vez que esta pode não ocorrer, o que poderia resultar no cancelamento do projeto. Em seguida, o Sr. Diogo fez uma observação esclarecendo que, após a indicação, todo o trâmite passa a ser conduzido pelo FEHIDRO, não estando mais sob a responsabilidade dos Comitês e da Agência PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a Deliberação dos Comitês PCJ nº 487/24, de 30/08/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação. **2.6. Apreciação de deliberação que reti-ratifica a Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e

390 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou que a Deliberação em discussão trata sobre a reti-ratificação da Deliberação PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, com o objetivo de mera correção do objeto do empreendimento do município de Jaguariúna, devido a um erro de digitação do Anexo I da Deliberação. Ressaltou que não houve alteração nos valores financeiros financiáveis, apenas a correção da redação do objeto do empreendimento. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Diogo Bernardo Pedroso, Coordenador de Projetos da Fundação Agência PCJ, o qual deu início a apresentação informando que em junho, foram indicados 6 (seis) empreendimentos para recebimento de recursos do exercício 2024 da Cobrança PCJ FEDERAL. Contudo, ocorreu um equívoco na redação do objeto no quadro 1. O texto original indicava: "Execução de obras de implantação da Estação Elevatória de Esgoto Bruto do Parque Florianópolis, com rede de recalque até a ETE Vila Primavera e emissário de esgoto tratado para o corpo receptor – Rio Camanducaia, no município de Jaguariúna/SP, conforme projeto executivo". O correto, no entanto, é: "Execução das obras da Estação Elevatória de Lodo, conforme o projeto executivo de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Camanducaia, no município de Jaguariúna/SP". O Sr. Diogo enfatizou que a retificação é necessária para garantir a conformidade contratual, mas não há qualquer alteração nos valores já estabelecidos, que permanecem corretos e inalterados. Após a explanação do Sr. Diogo, o Sr. Denis concedeu a palavra para as manifestações dos presentes e não havendo o Sr. Denis submeteu a Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, reti-ratificada em 30/08/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **2.7. Apreciação de deliberação que aprova a Revisão da Política de Educação Ambiental no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma síntese do item de pauta informando que trata sobre a revisão

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

445 da Política de Educação Ambiental dos Comitês
PCJ. A Câmara Técnica de Educação Ambiental
(CT-EA) dos Comitês PCJ vem trabalhando em
uma proposta de revisão da Política, com o objetivo
de garantir que as práticas educativas sejam mais
450 alinhadas com os desafios ambientais atuais,
promovendo a conscientização e o engajamento
das comunidades locais na preservação dos
recursos hídricos e em consonância com o Plano de
Bacias PCJ. Assim, o Sr. Denis convidou a Sra.
Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, Coordenadora da
455 CT-EA dos Comitês PCJ, para apresentar mais
detalhes sobre o tema. A Sra. Ana Lúcia iniciou sua
apresentação fazendo um breve histórico da
Política de Educação Ambiental (PEA) dos
Comitês PCJ, mencionando que esta é a terceira
460 versão da Política. A primeira versão, elaborada em
2004, não foi aprovada como deliberação,
enquanto a segunda versão foi formalmente
instituída como Política de Educação Ambiental
dos Comitês PCJ por meio da Deliberação nº
465 231/15, de 12/08/2015. Dando sequência, a Sra.
Ana Lúcia destacou a justificativa para a revisão da
Política e a formação do grupo de trabalho de
revisão dentro da CT-EA, denominado Grupo de
Trabalho de Política (GT-Política). Ressaltou o
470 Artigo 1º da nova versão da Política, que introduz
a diretriz de estabelecer programas de educação
ambiental focados na comunicação e em processos
formativos, tanto formais quanto informais,
relacionados à realidade socioambiental das Bacias
475 PCJ. Posteriormente, a Sra. Ana Lúcia apresentou
a estrutura da nova proposta da PEA, detalhando os
cinco programas previstos e as atividades
associadas a cada um. Após a exposição, o Sr.
Denis agradeceu à Sra. Ana Lúcia pelo
480 detalhamento e abriu espaço para manifestações
dos presentes. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-
presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ
solicitou a palavra para parabenizar o trabalho
realizado, destacando o empenho da Sra. Ana
485 Lúcia em relação à implementação da política. O
Sr. João José Demarchi, representante da
Associação Ambiental Plantar e coordenador da
Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos
Mananciais fez uma breve intervenção, ressaltando
490 a importância fundamental da Educação Ambiental
em todo o processo. Ele enfatizou que essa
educação não deve ser vista de forma restrita, mas
como um elemento essencial para embasar novas
tomadas de decisão dentro da Política. Não
495 havendo mais manifestações, submeteu a
Deliberação dos Comitês PCJ nº 471/24, que
aprova os Planos de Trabalho das Câmaras

Técnicas dos Comitês PCJ para o período
2024/2025 e dá outras providências, à votação,
500 sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada para publicação. **4. Informes. 4.1. da
Diretoria dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson
da Silva, representante da Secretaria de Agricultura
e Abastecimento do Estado de São Paulo e
505 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, informou que: **a)** o Portal de
Capacitação da Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico, está com inscrições abertas
para diversos cursos na área de gestão de recursos
510 hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são
gratuitos, de curta duração e com a emissão de
certificados. Salientou que, após a realização dos
cursos os representantes devem encaminhar os
certificados para a Secretaria Executiva para
515 registro em banco de dados; **b)** em 23/09 será
realizado o Webinário “Conversando sobre o Rio
Jundiaí” promovido pela Câmara Técnica de
Outorgas e Licenças com transmissão ao vivo pelo
YouTube (Link para inscrição:
520 bit.ly/Inscricao_CT-OL2024); **c)** em 21/08 ocorreu
o Webinar “planos Municipais de Saneamento
Rural: Caminhos para a Sustentabilidade a Saúde”
que tratou sobre a importância dos Planos
Municipais de Saneamento e o foi transmitido pelo
525 YouTube (link da gravação:
https://www.youtube.com/watch?v=AVSXNf_jcbM); **d)** em 22/08 ocorreu o Encontro de perdas de
água Metodologia de balanço Hídrico da IWA, na
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
530 Urbanismo da UNICAMP, em Campinas/SP e
tratou sobre a importância do Balanço Hídrico no
combate às perdas do sistema de abastecimento de
água; **e)** será iniciado o processo eleitoral dos
Comitês PCJ, mandato 2025-2027, cuja as
535 inscrições para organizações civis e usuários
acontece entre 15 de julho a 27 de dezembro e as
inscrições deverão ser realizadas através do
encaminhamento dos documentos ao e-mail da
Secretaria Executiva; **f)** No final do mês de julho,
540 foi realizada a assembleia setorial para definição
das vagas dos Comitês de Bacias Hidrográficas de
domínio da União no Conselho Nacional de
Recursos Hídricos. Na Vaga 1, o 1º titular ficou
com o CBH-Paranáíba, o 1º suplente com o CBH-
545 Parapanema e o 2º suplente com o PCJ-
FEDERAL. Para a Vaga 2, o 1º titular foi o CBH-
Paranáíba do Sul, o 1º suplente o CBH-São Francisco,
e o 2º suplente o CBH-Verde Grande; **g)** de 08 a 10
de julho ocorreu o 1º encontro regional dos
550 Comitês de Bacias Hidrográficas da Região
Sudeste – ERCOB, em Belo Horizonte/MG,

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

555 promovido pelos Fóruns Estaduais dos Comitês de
Bacias Hidrográficas do Sudeste, com o objetivo de
promover o diálogo e troca de experiências entre os
colegiados, tendo a presença do Sr. Luciano
Almeida, presidente do CBH-PCJ e PCJ-
FEDERAL e também a presença do Sr. Rodrigo
Hajjar e da equipe da Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ; **h**) em 14/08 ocorreu a reunião do
560 GT-Cobrança (CT-PB), em Campinas, onde foram
discutidos ao Parecer Técnico da CT-PB sobre a
revisão de preços e mecanismos das Cobranças
PCJ Paulista e Federal, e o cronograma para
discussões na CT-PB, CT-PL e Plenários e etapas
565 de campanha e disponibilização de simulador,
ressaltando que a próxima reunião do Grupo de
Trabalho está agendada para 1109, as 9h30, no
DAE Jundiá; **i**) de 05 a 09 de agosto ocorreu o 1º
Fórum Brasil das Águas, no Rafain Palace Hotel &
570 Convention, em Foz do Iguaçu/PR, contando com
a presença da equipe dos Comitês PCJ; **f**) em 26/09
ocorrerá o Webinário “Resiliência e Enfrentamento
à Estiagem nas bacias PCJ”, destinado a discutir
estratégias para o enfrentamento à estiagem
575 prolongada nas Bacias PCJ, tendo mais
informações em breve; e **g**) foi corrigida a nota do
CBH-PCJ no quadro de indicadores e metas tendo
em vista que no item “Implementação de
instrumentos de gestão” havia sido atribuído nota
580 de 17,71, porém o correto era 25 e assim, a
porcentagem final da nota para o CBH-PCJ passou
a ser 98,5%. **4.2. da Fundação Agência das
Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Fundação Agência das
585 Bacias PCJ, cumprimentou a todos e informou que:
a) no dia 17/07 houve uma comitiva com
representantes da Agência das Bacias PCJ e
prefeituras para realizar a visita à Represa de Santa
Marina, em Cordeirópolis, a qual foi inaugurada no
590 dia 13 de julho com investimento de R\$20 milhões,
ocupando uma área de 730 mil m quadrados e que
poderá beneficiar 50 mil habitantes; **b**) entre os dias
1 a 4 de agosto ocorreu a 2ª Expo ESG em
Piracicaba; **c**) dia 06/08 ocorreu o 1º Fórum Brasil
595 das Águas: Conselho Latino-Americano, para
realização de Assembleia Constituinte, em que é
apresentado e aprovado o Estatuto da Instituição,
além da eleição dos membros que vão compor o
Conselho; **d**) no dia 13/08 a agência das Bacias PCJ
600 recebeu quatro representantes do Instituto
Ambiental de Estocolmo (SEI), para dialogar sobre
as experiências dos Comitês PCJ; **e**) entre os dias
22/07 e 09/08 ocorreram visitas in loco das
Auditorias do Tribunal de Contas do estado de São
605 Paulo (TCE-SP) e Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico (ANA) para fiscalização das
atividades administrativas, financeiras e técnicas
desenvolvidas pela Agência das Bacias PCJ no
exercício de 2023; **f**) durante o mês de agosto
610 ocorreram duas reuniões para acompanhamentos
dos Resultados Parciais do Anexo II – Programa de
Trabalho do Contrato de gestão nº 033/2020/ANA,
sendo que a primeira reunião foi como Grupo de
Acompanhamento do Contrato de Gestão GACG-
615 PCJ e a segunda como coordenação de
Acompanhamento das Entidades Delegatárias de
funções de Agências de Água (COAED-ANA); **g**)
ocorreu a capacitação do Plano Municipal da Mata
Atlântica - PMMA/CERRADO, com quatro
620 módulos que foram em formato online e presencial
em diferentes datas, sendo o Módulo I referente a
preparação para o processo, contando com 43
municípios, o Módulo II foi abordado sobre a
Elaboração do PMMA/Cerrado (diagnóstico) e
625 contou com 33 municípios participantes, no
módulo III abordou sobre os objetivos, áreas e
ações prioritárias na elaboração de
PMMA/Cerrado, contando com 31 municípios e,
por fim, no módulo IV foi discutido sobre a
630 construção de PMMA/Cerrado, contando com 35
municípios; **h**) foi enviado um formulário para
realizar uma pesquisa de capacitação de recursos
PCJ para falar sobre as dificuldades e interesses dos
municípios na capacitação de recursos financeiros
635 junto aos Comitês PCJ, bem como as possíveis
demandas de recursos financeiros nas ações
financiáveis, ressaltando que o público alvo são
representantes dos municípios das Bacias PCJ
como prefeituras, autarquias e concessionárias. **4.3.
640 dos membros dos Comitês PCJ.** Em seguida, o
Sr. Denis passou a palavra para que os demais
membros pudessem fazer seus informes: **a**) o Sr.
Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do
Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba,
645 Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que
o Consórcio PCJ deixou de funcionar no local
devido a problemas estruturais e hoje está
funcionando na Rua Nossa Senhora de Fátima, em
Americana SP, e, o centro de referência criado pelo
650 Consórcio PCJ poderá começar a atuar na Casa
Mais Sustentável, uma iniciativa do Consórcio PCJ
em parceria com a ANEEL e a CPFL, servindo
como um centro de referência para visitas,
sensibilização ambiental e atividades de
655 organizações afins; **b**) o Sr. Flávio Forti Stenico,
representante do Consórcio PCJ, abordou sobre o
evento que o correu em São Paulo no qual reuniu
importantes nomes do setor de Saneamento e foi
possível compreender mais a concepção que o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

660 governo tem referente ao setor do Saneamento para
que seja uma prestação de serviços de forma
regionalizada, com concessões e forte atuação do
setor privado e, por fim, complementou as
informações que foram fornecidas na 94ª Reunião
665 Ordinária da CT-PL sobre o PAC-PCJ, o qual o
Consórcio PCJ orientou 11 (onze) municípios
associados para adequação de propostas e inscrição

de 30 (trinta) empreendimentos junto as propostas
do PAC, e desses 30 (trinta) empreendimentos, 06
670 (seis) já foram contemplados junto ao governo
federal e estão em fase de ajustes finais junto as
prefeituras para viabilização do financiamento. **5.**
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr.
Denis agradeceu a participação de todos e deu por
675 encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)
**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES
DE OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
DENIS HERISSON DA SILVA
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL